



*Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra*

**Ata da Sessão
da
Assembleia de Freguesia
da
Quinta do Conde**

**Avenida da Cova dos Vidros – 2975 – 333 QUINTA DO CONDE
Telefone: 21 210 83 70 – Fax: 21 210 83 75
Página na INTERNET www.jf-quintadoconde.pt**

Endereço de Correio Electrónico: assembleia.freguesia@jf-quintadoconde.pt



**Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra**

Ata

Ao vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na sede do Centro Recreativo e Cultural A Voz do Alentejo na Quinta do Conde, a Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Um: Apreciação do Relatório de Atividades de 1 de setembro a 15 de novembro de 2020;-----

Ponto Dois: Análise e Votação da alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2020, da Junta de Freguesia da Quinta do Conde;-----

Ponto Três: Análise e Votação do Plano de Atividades, Orçamento, Mapa de Pessoal, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano Plurianual das Ações Mais Relevantes (PPA);-----

Ponto Quatro: Informações.-----

A **Presidente da Mesa** iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes, em particular o Presidente da Direção da Voz do Alentejo, agradecendo em nome da Assembleia o acolhimento deste importante órgão autárquico da Freguesia, saudando a participação do público que, mais uma vez teve de se inscrever previamente, considerando as medidas sanitárias de distanciamento entre pessoas para a prevenção da transmissão por COVI-19. Informou o público da possibilidade de intervir e da alteração acordada com os Grupos Políticos em relação à organização da sessão da Assembleia, permitindo o período de intervenção do público antes do PAOD, devido às limitações de circulação em vigor, no âmbito do estado de emergência, garantindo-se assim a possibilidade de participação do público, sem constrangimentos.-----

De seguida, informou sobre a renúncia ao mandato dos membros da Assembleia Feliciano Mota e João Beles, eleitos pelo Bloco de Esquerda e que por indicação desta força política, que a vaga passaria a ser ocupada pelo eleito Rui Charneira, a quem deu as boas vindas desejou bom trabalho e participação. Relembrou que na sequência do lamentável falecimento de Afonso Esteves, membro efetivo desta Assembleia, pelo GP da CDU, o lugar deixado vago, é preenchido pela Elsa



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Guerra. Passou a informar a Assembleia dos pedidos de substituição apresentados, pelo GP da CDU, Filipe Carmo, por motivos profissionais, substituído por André Antunes; pelo GP do PS Telma Nabais e Maria da Fátima Reis por motivos de saúde, substituídas por Ricardina Pinto e Alfredo Fernandes.- De seguida, **Ana Oliveira**, Primeira Secretária da Mesa, procedeu à chamada e confirmou a presença na sessão, dos seguintes membros: Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Ana Maria Simões dos Santos Reis Oliveira, Sílvia Raquel Santos Taveira Lameirinha, eleitas pela Lista da CDU – Coligação Democrática Unitária, respetivamente, **Presidente, Primeira e Segunda Secretária da Mesa da Assembleia**, Emília Maria da Costa Pereira Leite, Elsa Cristina Pereira Lourenço Guerra, Victor Nuno de Oliveira Gonçalves de Jesus, Ricardo Jorge Alves Rufino, André Felipe Mosca Antunes, membros do **Grupo Político da CDU - Coligação Democrática Unitária**. Ana Paula dos Santos Sousa, Ricardina Maria da Cunha V. Pinto Ferreira, Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita, Alfredo Miguel Pires Fernandes, Paulo Alexandre Mestre Bandarra, Bruno Miguel Pinto Dias Costa do Grupo Político do PS - Partido Socialista. Isabel Maria Garcia Gomes Lobo da Silva e Carlos Alberto de Sousa Morais de Almeida do **Grupo Político do PPD/PSD - Partido Social Democrata**. Hélder António Candeias Conceição e Hélder Fernando Marques Gaboleiro do **Grupo Político do MSU - Movimento Sesimbra Unida**. Rui Alberto Fernandes Charneira do Bloco de Esquerda.-----

A Junta de Freguesia fez-se representar pelo Presidente Vítor Ribeiro Antunes, pela Tesoureira Francisca Maria Fontes Martins Rosa e pelos Vogais João Manuel Varela Laranjeira, Liliana Filipa Martins Alves, Teresa de Fátima da Silva Lopes Martinho Lourenço e Abel João Francisco Valadão. Verificando-se a ausência do Secretário Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz por motivos de saúde.-----

Verificando-se a existência de quórum, a **Presidente da Mesa**, iniciou os trabalhos. O Deputado **Paulo Bandarra**, solicitou a palavra a fim de apresentar um ponto prévio à Mesa antes do início dos trabalhos, propondo a suspensão da



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

sessão antes das 23 horas, com margem para os membros da Assembleia chegarem a casa, em virtude da proibição de circulação a partir das 23 horas do dia 27 de novembro, na sequência do estado de emergência em vigor, citando para o efeito, uma Declaração publicada pela Câmara Municipal de Sesimbra, a divulgar a determinação do Governo. A Presidente da Assembleia lembrou que o limite de circulação já estava em vigor à data da reunião da Conferência de Representantes, na qual se decidiu a realização desta Assembleia. Na altura, tivemos em consideração que existem exceções à aplicação do limite de circulação previstas na Resolução do Conselho de Ministros e, embora a Lei seja difícil de interpretar e omissa em relação à atividade das Assembleias de Freguesia, à luz da Constituição os direitos políticos não foram suspensos. Por isso, concordamos em organizar esta Sessão com base no pressuposto que a Assembleia de Freguesia, um órgão autárquico de soberania local não deve ser condicionada na sua ação e que, à semelhança de muitos setores de serviços essenciais cujos trabalhadores também terão de circular após as 23 horas, os membros convocados para a sessão da Assembleia de Freguesia gozarão do mesmo estatuto de excecionalidade. Por isso, conforme o acordado na reunião da CR, a Mesa da Assembleia, providenciou para cada deputado uma Declaração de Presença, em conformidade com a sua área de residência, para eventual justificação às autoridades. Por conseguinte, não via necessidade de suspender os trabalhos da Assembleia. Ainda assim, após auscultação dos restantes Grupos Políticos, da Junta de Freguesia e do Presidente da Direção da Voz do Alentejo em relação à disponibilidade para acolher a Assembleia num segundo dia, a Presidente da Mesa colocou à votação a continuidade dos trabalhos que foi aprovada por maioria, com 8 votos a favor do GP da CDU, 7 votos contra (4 do PS, 2 MSU e 1 do BE) e 4 abstenções (2 PS e 2 PSD).-----

Em relação às atas que estavam previstas apreciar e votar nesta Assembleia, designadamente as referentes às reuniões de dia 9 e 10 de junho e de 23 de setembro de 2020, a Presidente da Mesa, sugeriu que fossem apreciadas numa próxima Sessão, na sequência de apenas ter sido enviada aos membros da



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Assembleia a ata da reunião de 9 de junho, tendo o GP do MSU, sugerido alterações que não foi possível enviar aos restantes membros da Assembleia em tempo útil. Solicitou que no final da sessão aguardassem pela chamada de saída a realizar pela Mesa e procedessem à assinatura da minuta da ata e folha de presenças (com esferográfica própria).-----

Seguidamente, procedeu-se à verificação da correspondência, cuja relação foi enviada por email, junto com correspondência considerada relevante, e a conferência dos documentos para o Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) e para o Período da Ordem do Dia (POD). -----

Conforme as alterações à organização da Sessão Assembleia acordadas, antes do PAOD, prosseguiu-se com o período da sessão aberta à intervenção dos cidadãos, no entanto, neste período não se efetuaram inscrições. -----

Efetuuou-se de seguida a leitura dos documentos correspondentes ao PAOD, tendo a Presidente da Mesa, sugerido que após a leitura dos três Votos de Pesar, estes fossem apreciados de imediato e só depois se desse continuidade à leitura dos restantes documentos: -----

Documento número Um – Voto de Pesar pelo falecimento de Afonso Manuel do Carmo da Rocha Esteves – Conferência de Representantes (Anexo I) -----

Documento número Dois – Voto de Pesar pelo falecimento de Dinis José Tristão Basílio – GP do PS (Anexo II).-----

Documento número Três – Voto de Pesar pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Teles – GP do PSD (Anexo III).-----

Documento número Quatro – Moção, Governo duplica o valor da Taxa de Gestão de Resíduos – GP do PSD (Anexo IV).-----

-Documento número Cinco – Recomendação, Melhorar a divulgação junto dos comerciantes das campanhas de promoção do consumo local “Natal é no Comércio Local” – GP do MSU (Anexo V).-----

- Documento número Seis – Moção, Pelo reforço das funções sociais do Estado – GP da CDU (Anexo VI) -----

Após a leitura dos Votos de Pesar, pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

que começou por saudar todos os presentes. Disse que relativamente aos Votos de Pesar, subscrevia sem reservas o de Afonso Esteves. Já quanto ao que se refere a Dinis Basílio, cópia integral da mensagem de Sérgio Marcelino, podia conter a referência ao facto de ter sido autarca na sua terra de origem, de ter deixado o seu nome associado a alguns equipamentos sociais e ainda, o empenho na realização das tardes culturais da Quinta do Conde na Casa do Alentejo, em Lisboa. Quanto ao Arquiteto Ribeiro Teles, pouco terá a ver com a Quinta do Conde, mas trata-se de uma personalidade de âmbito nacional, controverso ao nível do posicionamento político, mas cujo percurso ecológico acompanha. Aproveitou para referir que João Ferreira, esse sim, uma personalidade da Quinta do Conde, também falecido, a 18 de novembro, merecia ser referenciado por esta Assembleia, de que foi membro em diferentes mandatos, integrou o executivo desta Junta de Freguesia no mandato 2005/2009, deixou o seu nome ligado à ADQC, escreveu vários livros de poesia e por isso, a Junta condecorou-o em 2014.-----

Seguiu-se um minuto de silêncio em memória de Afonso Esteves, Dinis Basílio, Gonçalo Teles e João Ferreira, como forma de reconhecimento pelo contributo que deram ao longo do caminho que nos trouxe até aqui, sendo certamente cada um à sua maneira, uma fonte de inspiração ou referência a nossa missão de autarcas e de homens e mulheres do Movimento Associativo.-----

Concluída a leitura dos restantes documentos, após um intervalo de cinco minutos prosseguiu-se com a sua apreciação.-----

O Deputado **Paulo Bandarra** (GP do PS) pronunciou-se sobre o **Documento número quatro**, do GP do PSD, propondo que o quarto parágrafo fosse retirado. Sobre o **Documento número cinco**, do GP do MSU, disse que a sua bancada o subscrevia na íntegra. Sobre o **Documento número seis**, do GP da CDU, pronunciou-se o Deputado **Alfredo Fernandes**. Disse, que o PS iria votar contra, por considerarem que é um documento demagógico e populista, com factos incorretos, quando refere o não investimento e a não contratação de profissionais de saúde. Salientou o Orçamento do Estado, viabilizado pelo PCP que reforça a



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

contratação de profissionais de saúde, investe no programa de nacional de saúde mental, reforça o número de vagas de fixação de médicos em zonas carenciadas, consolida a mobilidade no âmbito do SNS. Salientou ainda que o PS vem desde há cinco anos a fazer um caminho de recuperação do SNS, que foi deixado ao abandono pelo o Governo do PSD /CDS. Disse que o PCP viabilizou os últimos cinco OE, onde houve sempre um reforço de verbas para o SNS e que, ainda para fazer face a esta pandemia, tem havido regimes de exceção de contratação. Quanto aos pontos diretamente relacionados com a Freguesia, designadamente, o Centro de Saúde, as obras na Escola Michel Giacometti e a Escola Secundária, disse que eram assuntos que a CDU trazia frequentemente à Assembleia, sobre as quais o PS da Quinta do Conde já manifestou estar completamente a favor e ajustado com a CDU em relação a estas temáticas, por isso, consideram que o Documento é uma tentativa reintegração dessas temáticas, unanimes ao nível local, com factos de dimensão nacional que não são verdadeiros. Disse que o GP do PS, votava contra, mantendo a dedicação na luta por melhores condições nos equipamentos de saúde e educação. Considerou surpreendente que no documento, a CDU não fizesse qualquer referência às soluções que a transferência de competências poderiam proporcionar.-----

Foi concedida a palavra à Deputada Isabel Lobo da Silva (GP do PSD), que iniciou a sua intervenção informando a Assembleia que o PSD não aceita a proposta de alteração do Documento número quatro sugerida pelo PS, adiantando que é do seu conhecimento que o município irá suportar o aumento do valor das taxas o que vai originar menos investimento no Concelho, prejudicando a população. Sobre o Documento número cinco, apresentado pelo MSU, o PSD está completamente de acordo. Sobre o Documento número seis, apresentado pela CDU, disse que a Moção tem dois objetivos distintos a atingir, um sobre o reforço das funções sociais do Estado e a defesa do SNS e um segundo referente à Educação e às condições precárias das escolas. Como tal, sugeriu que a CDU dividisse o documento em dois, apresentando hoje a parte do documento relativo à Saúde, e numa próxima reunião apresentar um documento direcionado à



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Educação. Disse que o PSD tinha sugestões de melhoria do documento em relação à Educação e perguntou se a CDU estava disponível para as trabalhar em conjunto.-----

Seguidamente passou a palavra ao GP do MSU, o Deputado **Hélder Conceição** que se pronunciou sobre o **Documento número quatro**, reconhecendo que abordava uma problemática ambiental muito relevante. Referiu a mercantilização crescente das questões ambientais, como a taxa de carbono, as taxas associadas de gestão dos resíduos. Demonstrou apreensão sobre o impacto desta medida governamental para os municípios de Sesimbra, sabendo-se que aos custos com o consumo de água, acresce o processamento dos resíduos. Tomou a palavra, o Deputado **Hélder Gaboleiro**, que sobre o **Documento número seis**, observou que a CDU retomou a exigência da "criação de uma Loja do Cidadão" quando votou contra e retirou das GOP do ano passado o objetivo de pugnar por uma Loja do Cidadão. Disse que não se revia em boa parte do documento. Disse que se não fosse apresentado pela CDU, votaria favoravelmente. Mas não se revia na falta de coerência da CDU, por isso votaria contra, sendo a favor do seu conteúdo.-----

A Presidente concedeu a palavra ao Deputado **Rui Charneira** (GP BE), em relação aos documentos apresentados pelo PSD e o MSU, não tinha qualquer dúvida, assim como em relação ao documento apresentado pela CDU, no entanto, considerava que a Moção reunia um conjunto de intenção de valores, com os quais concordava, mas teria sido preferível a CDU ter dividido as temáticas.-----

Pelo GP da CDU, entrevistou o Deputado **Vitor Jesus**. Começou por refutar a acusação de falta de coerência, porque o que a CDU rejeitou foi uma Delegação de Competências para a Junta de Freguesia instalar um Espaço Cidadão, que é bem diferente de uma Loja do Cidadão que a CDU sempre defendeu sem falta de coerência, desde que a responsabilidade e os custos da sua instalação, que compete ao Estado, seja assegurado pelo Governo e não pela Autarquia. Em relação ao **Documento número quatro**, a CDU revê-se no Documento e sem



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

qualquer oposição ao seu conteúdo. Sobre o Documento número cinco, apresentado pelo MSU, Vitor Jesus, desafiou o GP do MSU a apresentar numa próxima Assembleia uma moção a solicitar o encerramento das grandes superfícies, que como referem, “estão em excesso” e o seu encerramento aos fins-de-semana. A CDU votaria favoravelmente. Apesar da preocupação com os comerciantes, o documento não espelha qualquer preocupação com as medidas do lay off simplificado, ou o facto da maioria dos empresários não terem acesso a medidas de apoio. Referiu que, sobre esta problemática, o PCP na Assembleia da República há muito que defende soluções para uma ampla abrangência dos apoios a conceder, para que todos tivessem acesso. Mas o MSU no seu documento, nem um parágrafo a exigir ao Governo medidas que cheguem a todos os que delas necessitam, contemplando as micro, pequenas e médias empresas que predominam no nosso Concelho. Conclui-se que o MSU, pretende apenas atacar a Câmara e as Juntas de Freguesia, ainda que, qualquer um destes órgãos autárquicos, na medida das suas possibilidades estejam a apoiar diversos setores económicos, sociais, culturais, desportivos, com a doação de EPIS, vários produtos, alimentos, isenção total ou parcial das taxas municipais. Apoios que se irão manter em 2021. O teor da Recomendação, demonstra também um preocupante falta de conhecimento dos reais problemas do Concelho e em particular do seu tecido económico. Saberá, o MSU que a Câmara Municipal e as Juntas usaram verbas adicionais para fazer face à Pandemia e ainda não receberam nada do Governo PS ? Sobre a Campanha de Natal, junto do Comércio Local, saberá o MSU que a Junta tem feito porta a porta a divulgar a iniciativa? Disse, que a CDU considerava a Recomendação demagógica e vazia de conteúdo, por isso, votariam contra. Em resposta ao GP do PS, sobre os considerandos que fizeram em relação à Moção apresentada pela CDU, disse que é um facto que o PCP tem permitido a viabilização dos Orçamentos do Estado, consciente que se trata de um mal menor, que tem permitido a conquista de direitos que foram retirados pelo PS e pelo PSD nos últimos anos, em troca de melhores condições de vida para os trabalhadores. Sobre a afirmação de que a



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

CDU não gosta de falar de transferência de competências, lembrou que se há força política nesta Assembleia que ao longo do tempo demonstrou coerência e clareza sobre a sua posição política sobre o tema, é a CDU. Relativamente à proposta do PSD, para que a Moção fosse dividida em dois documentos, Vitor Jesus disse que conforme o título antevê, trata-se de um documento sobre as Funções Sociais do Estado, por isso, à CDU fez sentido abordar no mesmo documento, várias dessas funções, não estando disponíveis para discutir apenas uma parte.-----

A Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Junta, **Vitor Antunes** que começou por se referir à Moção intitulada "Governo duplica a taxa de gestão de resíduos", disse que votou favoravelmente uma semelhante na Assembleia Municipal e o seu texto corresponde, ainda que por defeito, ao comunicado da Direção de Organização Regional de Setúbal do PCP, de 28 de outubro de 2020. Considerou oportuna a aprovação desta moção. Quanto à Recomendação para "Melhorar a divulgação junto dos comerciantes das campanhas de promoção do consumo local", disse, que se podiam aproveitar dois parágrafos, o primeiro e o terceiro, transformando-a em moção, acrescentando-lhe a exigência do encerramento das grandes superfícies aos fins-de-semana, como acontece, e acontecia já antes da epidemia, aqui ao lado em Espanha. Os restantes parágrafos da recomendação correspondem às habituais derivas do MSU da Quinta do Conde, entre a extrema esquerda, a extrema direita e a utopia. O sucesso da iniciativa das Juntas e Câmara Municipal, tanto ao nível dos eleitos como dos trabalhadores, justificava outro respeito e alguma verdade. Aproveitou para pedir desculpa e para incentivar o João Laranjeira a continuar com o seu trabalho meritório, que devia merecer outro respeito dos membros da Assembleia e também à Rute e a outros trabalhadores da Junta que com ele andaram no porta-a porta a não desanimarem com estas avaliações sem pés nem cabeça. Diz o MSU na Recomendação que na Quinta do Conde não há só um talho, uma loja de animais, um café, uma pastelaria na Quinta do Conde, claro que sabemos. Vocês é que não sabem, quantas pessoas aderiram, quantas foram contactadas,



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

quantas não quiseram participar. O Regulamento da Campanha previa um prazo que foi alargado por sugestão da Junta porque constatamos a vontade dos comerciantes aderirem. Provavelmente para Vosso descontentamento a iniciativa está a ser um sucesso. Foram manifestamente injustos na avaliação. O extraordinário é esta postura ser acompanhada pelas restantes bancadas e espera francamente que no momento da votação ponderem com seriedade e respeito o sentido de voto. Quanto à “Moção Pelo reforço das funções sociais do Estado” é um lembrar das necessidades mais prementes da Quinta do Conde e dos quintacondenses, na generalidade são factos e contra factos não há argumentos. O GP do PS associou à discussão do documento, a transferência de competências. Nesse caso, teria de se chamar “transferência séria de competências” senão, será mais uma transferência de encargos. Avançar para a transferência de competências sem clarificar os montantes a transferir, desligar esse processo da Regionalização, querer avançar antes da Regionalização é um erro crasso. A posição da CDU é muito clara em relação a esta matéria, sobretudo em relação aos motivos que nos levam a recusar a transferência de competências na área da Saúde e da Educação, antes da Regionalização. Sobre a Loja do Cidadão, o MSU habituou-se a confundir o que é uma Loja Cidadão - Vamos a Setúbal e vemos o que é uma Loja do Cidadão, com aquilo que é o Espaço Cidadão, cujos serviços, já existem na Junta de Freguesia da Quinta do Conde, por isso, sugeri ponderação na abordagem a este assunto.-----

Pediu a palavra **Hélder Conceição** (GP MSU), referiu que o MSU, apresentou uma Recomendação, sobre uma iniciativa com a qual concordam e pela qual têm estima sobre o trabalho desenvolvido e pelas pessoas que o desenvolveram, sendo intenção do MSU propor melhorias no processo de comunicação, ao constatarem através do site da Junta de Freguesia, que a primeira notícia a divulgar a Campanha e o Regulamento com os contactos que poderiam levar os comerciantes a candidatar-se foi publicada no dia 13 de novembro e o prazo limite para a candidatura terminava a 16 de novembro. Com estes dados – perguntou - não será legítimo criticar, ou recomendar um melhor planeamento da iniciativa?



**Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra**

Disse que não sabe o que é que isto tem de demagógico. Reconheceu que até podia ter sido feito qualquer coisa no terreno antes e que estão sempre dispostos a receber informação e a avaliar as medidas. Em relação aquele que é o meio por excelência de divulgação da atividade da Junta há a realidade factual que a campanha foi divulgada dia 13 com prazo até dia 16. O MSU não faltou ao respeito a ninguém que tivesse participado nesta iniciativa, até porque começamos por elogiá-la.-----

Pediu a palavra o Deputado **Hélder Gaboleiro** (GP MSU) que referiu uma proposta que apresentou na reunião realizada com o executivo da Junta no âmbito do Direito de Oposição, sobre a possibilidade de na Freguesia da Quinta do Conde ser implementada uma aplicação que permitiria georeferenciação dos estabelecimentos comerciais, facilitando a sua localização e comunicação. A Recomendação do MSU foi espelhando uma das utilizações dessa mesma aplicação.-----

Passou-se à votação dos documentos.-----

Documento número Um – Voto de Pesar pelo falecimento de Afonso Manuel do Carmo da Rocha Esteves – Aprovado por unanimidade -----

Documento número Dois – Voto de Pesar pelo falecimento de Dinis Jo’sé Tristão Basílio – Aprovado por unanimidade -----

Documento número Três – Voto de Pesar pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Teles – Aprovado por unanimidade -----

Documento número Quatro – Moção, Governo duplica o valor da Taxa de Gestão de Resíduos – Aprovado por Maioria, com 14 votos a favor (8 CDU / 2 PSD / 2 MSU / 1 BE) e seis votos contra do PS -----

Documento número Cinco – Recomendação, Melhorar a divulgação junto dos comerciantes das campanhas de promoção do consumo local “Natal é no Comércio Local” – Aprovado por Maioria, com 11 votos a favor (6 PS / 2 PSD / “2 MSU / 1 BE), com Declaração de Voto do PSD (Anexo VII) e 8 Votos contra da CDU, com Declaração de Voto, a entregar à Mesa posteriormente -----



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Documento número Seis – Moção, Pelo reforço das funções sociais do Estado – Aprovado por Maioria com 9 votos a favor (8 da CDU / 1 BE), 2 abstenções do MSU e 8 Votos contra (6 do PS / 2 PSD), com Declarações de Voto do MSU a entregar à mesa posteriormente (**Anexo VIII**) e do PSD, cujo teor foi lido pela Deputada Isabel Lobo da Silva (**Anexo IX**) -----

Passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos - **Apreciação do Relatório de Atividades de 1 de setembro a 15 de novembro de 2020;**-----

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Junta**. Disse que o Relatório de 1 de setembro a 15 de novembro não foi indiferente à epidemia que nos assola. Todavia, subordinados ao lema “Máxima Proteção – Máximo Funcionamento, destacou as seguintes atividades: celebrámos o 35º Aniversário; realizámos uma sessão cultural aqui na Voz do Alentejo; ampliámos a ação à Oficina de Teatro, com a Associação “Sui Generis”, todos os sábados, desde 1º de outubro, no Salão João Favinha; retomámos as aulas de gaita-de-foles, de piano e de instrumentos de cordas; reabrimos a Universidade Sénior “O Sonho Não Tem Idade”; reunimos aqui com o Movimento Associativo local, desta vez com a presença do Presidente da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto que, pelas informações e esclarecimentos que proporcionou, muito valorizou o encontro.-----

A Presidente da Assembleia passou a palavra à bancada da CDU.-----

O Deputado **Ricardo Rufino** (GP da CDU) destacou o empenho do Executivo na manutenção das atividades mesmo com as restrições inerentes à Pandemia, sempre com respeito pelas Normas legais e sanitárias vigentes a cada momento. Como exemplo desse rigor foi a forma como a Junta celebrou o 35º Aniversário da Freguesia da Quinta do Conde, que decorreu na Voz do Alentejo, é uma data que este Executivo fez e faz questão de celebrar, mesmo em tempos difíceis como aquele que atravessamos, diferente dos outros anos, em que se caracterizava por ser um evento com massiva participação por parte dos quintacondenses, mesmo assim, mativeram-se os mesmos moldes em reconhecer, condecorar, aqueles que deram o seu contributo para divulgação, elevação e dignificação da



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

localidade. A CDU destaca ainda a reunião da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal com o Movimento Associativo, onde o Executivo garantiu a atribuição dos mesmos apoios concedidos em 2020 às coletividades, apesar da incerteza sobre a evolução atual da situação pandémica, e das consequências da crise económica e social que a caracterizam, com reflexos evidentes na captação de receitas próprias. A CDU salienta a presença do Presidente da Junta numa audição peticionária na Assembleia da República devido à iniciativa da Comissão de Utentes da Saúde, que fizeram uma petição subscrita por mais de 4 mil quintacondenses, em que reclamam um novo Cento de Saúde com serviços de urgência básicos, onde uma vez mais a Comissão de Utentes contou com o apoio e a participação do presidente da Junta e do PCP, o qual a Deputada Paula Santos do Grupo Parlamentar do PCP, em visita à nossa freguesia a 19 de outubro, pode identificar in loco os problemas e carências da Quinta do Conde no acesso à saúde, designadamente, a falta de um Centro de Saúde com serviços de urgência básica e a necessidade de uma unidade hospitalar no Seixal. No dia 20 de setembro, por iniciativa do Ecogrupo TREVO - Transição Ecológica Voluntária, decorreu a ação "Nosso Chão Sem Lixo" que consistiu numa caminhada que visou sensibilizar a comunidade para a responsabilidade individual de manter a nossa freguesia livre de lixo. Esta iniciativa do Trevo teve o apoio logístico da Junta de Freguesia e a participação do Presidente da Junta. Foi uma excelente forma de associar a nossa Freguesia a iniciativas que decorreram um pouco por todo o mundo a assinalar o Dia Internacional da Limpeza Costeira e o Dia Mundial da Limpeza. No planeamento urbanístico e em relação à reunião entre o Presidente da Junta e da Câmara, questionamos sobre a intervenção urbanística no Cabeço do Melão, requalificação do Skate Park, criação do Centro interpretativo da Várzea, requalificação do Anfiteatro, delegação administrativa do Anfiteatro da Boa Água na Junta, quais os objetivos e o planeamento para a dinamização daquele espaço por parte da Junta e a construção do Auditório? Em nome da CDU, enalteceu o empenho do Executivo em acompanhar todas as solicitações de ajuda social num período complicado como aquele que



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

atravessamos e a universalidade do Serviço Público de qualidade que presta à população.-----

De seguida, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado **Hélder Gaboleiro** (GP MSU), quis realçar a atividade possível da Junta neste tempo difícil de pandemia e elencou um conjunto de propostas que o MSU apresentou na reunião realizada entre o MSU e a Junta no âmbito do Estatuto de Direito de Oposição, sobre as quais desejava ver uma maior intervenção da Junta, designadamente, a retoma do Projeto Social "Sorrir Não Custa", a construção de abrigos nas escolas de 1º ciclo, a extensão à Junta de Freguesia da app NOS Sesimbra ou algo semelhante, o Corredor Verde na Várzea, a intenção da Piscina na Quinta do Conde, o apoio ao Comércio Local, uma instalação sanitária no Parque da Vila, situação dos transportes públicos na Freguesia, a isenção do pagamento de taxas no exercício da venda ambulante, a Loja Cidadão versus Espaço Cidadão.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rui Charneira** (GP BE). Disse, que depois de uma breve análise, o Bloco de Esquerda realçava o contributo do Sr. Presidente da Junta uma vez que as atividades foram muito centralizadas na sua pessoa, recomendando que outros elementos da Junta surgissem mais no Relatório de Atividades.-----

O GP do PSD, não colocou questões sobre o Relatório de Atividades.-----

O Deputado **Paulo Bandarra** (GP do PS) pediu esclarecimentos sobre os assuntos abordados na reunião entre a Junta e o Comandante o Posto da GNR da Quinta do Conde e sobre a situação da construção do Quartel da GNR.-----

Para os devidos esclarecimentos e respostas às questões colocadas, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Sr. **Presidente da Junta, Vitor Antunes**. Disse que em relação à reunião com o comandante da GNR, tratou-se de uma reunião que teve como principal objetivo, articular com a GNR a celebração do Aniversário da Freguesia e Comunicar o Plano de Contigência que foi igualmente preparado com o contributo dos Serviços de Saúde e dos Pelouro da Proteção Civil da CMS. Sobre o Quartel da GNR para a Quinta do Conde,



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

disse que a informação mais recente que detinha era que a GNR irá optar pela instalação de um Posto Territorial com possibilidade de vir a ser ampliado e usar o terreno que a CMS indicou para a instalação de um Destacamento. Realçou com preocupação que a concretização no terreno deste tipo de projetos, enfrentam depois um grande obstáculo com a falta da publicação da respetiva Portaria de Extensão de Encargos, não sendo caso único na Quinta do Conde e no Concelho de Sesimbra, dando como exemplos, o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde que até teve uma candidatura aprovada, apresentada pelo Governo a financiamento da União Europeia, ou a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, onde a CMS já investiu bastante e que nós sentimos que foi uma opção face aos benefícios na Escola Michel Giacometti e a construção da Escola Secundária, mas a verdade é que os compromissos que o Governo assumiu com a Câmara Municipal estão muito longe de ser concretizados e já afirmaram que o valor inicial de 3,5 mil milhões de euros, que entretanto passaram para menos de 3 mil milhões, serão pagos à Câmara Municipal de forma faseada. Relativamente à recomendação do Deputado Rui Charneira sobre uma maior participação de outros membros do executivo da Junta nas Atividades, lembrou que tal se deve ao facto de não estarem a tempo inteiro na Junta como está o Presidente e, há que reconhecer, que dentro das horas disponíveis que têm, verifica-se muito trabalho voluntário que não está efetivamente mencionado no Relatório. Sobre o descrito pelo MSU, confirmou que o MSU apresentou uma lista de necessidades na reunião que realizaram no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, que em alguns casos foi possível desenvolver, manifestando total abertura para sem qualquer preconceito político integrar propostas de todos os GP Políticos, sempre que de exequível concretização, realçando que algumas propostas ultrapassam as competências da Junta, como exemplo a construção das instalações sanitárias no Parque da Vila, uma vez que as intervenções urbanísticas são da competência da Câmara, a quem a Junta tem vindo a propor a sua construção. Nessa sequência, fomos recentemente informados que está em curso a opção da Câmara pela construção no local de uma Sala Polivalente com cerca de 100



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

metro quadrados, que irá incluir sanitários. Sobre a Piscina, disse que perante a constatação do risco de encerramento da Piscina que já existe na Quinta do Conde, a maior preocupação da Autarquia tem sido contribuir para encontrar soluções para a manutenção em funcionamento deste importante equipamento, ainda assim, a Junta concretizou o estudo prévio para a instalação de uma piscina biológica que entregou à Câmara Municipal.-----

Ponto Dois: Análise e Votação da alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2020, da Junta de Freguesia da Quinta do Conde;-----

O **Presidente da Junta** informou que a proposta de alteração ao mapa de pessoal que apresentam para o ano 2020, é a mesma que se encontra inscrita nas GOP para 2021. Prevê a criação de mais cinco postos de trabalho de Assistentes Operacionais e um posto de Técnico Superior. Justificou a proposta com a importância de agilizar os procedimentos concursais tendo em conta as necessidades identificadas, algumas das quais do conhecimento da Assembleia, como por exemplo, os três trabalhadores que atualmente prestam serviços e que correspondem a necessidades permanentes e a integração no mapa de pessoal da Junta do posto de trabalho que existe atualmente na sequência de um contrato com o Centro de Emprego, correspondente a uma medida social que integra o trabalhador João Doidinho. Disse ainda que é necessário criar um lugar de Assistente Operacional para assegurar a área das limpezas, considerando que existe apenas um lugar, ocupado por uma trabalhadora que não está a executar a tarefa por se encontrar de baixa e com perspetivas de reforma, evitando-se assim recorrer a avenças. O lugar de técnico superior visa resolver, sem recorrer a formas de emprego precário, sugeridas pelo Centro de Emprego, ao posto de trabalho deixado vago pela funcionária Anabela Ferreira, como animadora do GIP e ainda para assumir funções na coordenação dos Serviços Administrativos, área que pela sua dimensão e relevância já o justifica.-----

Pedi a palavra o Deputado **André Antunes** (GP Político) disse que sobre o Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia, a bancada da CDU fazia a seguinte apreciação: Consideramos importante salientar o facto de existir a previsão da



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

criação de um posto de trabalho na autarquia, cujas funções requerem qualificação superior e para o qual o executivo rejeitou uma oferta dada pelo IEFP, oferta esta que em nada beneficiava o trabalhador bem como desvalorizava as funções a desempenhar), adoptando para o mesmo efeito uma outra postura: ao invés, a autarquia optou por procurar um vínculo mais duradouro, mais benéfico para a autarquia e para o funcionário, ou seja tomou uma postura mais responsável. Relativamente aos quadros assistentes técnicos, mantém-se tudo inalterado, pelo quais a bancada não tem nada a apontar, a não ser reivindicar o aumento dos salários e das condições laborais. Quanto aos assistentes operacionais, apesar de reconhecermos a postura do executivo em melhorar os seus quadros e assegurar melhores condições aos trabalhadores da junta, a bancada da CDU acompanha o executivo em matéria reivindicativa a fim de regularizar os vínculos não efectivos dos trabalhadores, de forma a garantir em termos quantitativos (e também qualitativos, sublinhe-se), a realização dos trabalhos e funções que vão sendo descentralizadas pela Câmara Municipal de Sesimbra. A bancada da CDU, acompanha atentamente o Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia, sendo esta uma matéria que nos sensibiliza tendo em conta o crescimento – quer urbano, quer populacional – da Quinta do Conde, onde é necessário assegurar o número de funcionários necessários para que a autarquia possa prestar melhores serviços e uma melhor resposta às necessidades dos fregueses.-----

Pediu a palavra o Deputado **Hélder Gaboleiro** (GP do MSU), disse que relativamente, à parte dos assistentes operacionais, não se opunham, em relação ao técnico superior questionou se não que faria mais sentido um técnico superior que coordenasse o setor operacional, considerando o maior número de trabalhadores operacionais. Também tinham dúvidas sobre a oportunidade de criar um vínculo tão duradouro para um Técnico Superior no ano de final do mandato autárquico.-----

Pediu a palavra o Deputado **Alfredo Fernandes** (GP do PS) que parabenizou a Junta de Freguesia pelo esforço em encontrar soluções para estabelecer vínculos



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

mais estáveis, à semelhança do que o Governo tem vindo a fazer através do Programa de regularização de vínculos precários. É de apontar sem dúvida, que este aumento do Quadro é um aumento de despesa fixa, mas no entender do PS, atendendo às funções da Freguesia e ao próximo ano, com as descentralização de competências que se irão operacionalizar a partir de 2021, consideramos importante e justificado o investimento e reforço dos recursos humanos. Numa Freguesia com a nossa dimensão e complexidade é também importante dispor de um Técnico Superior. Por isso, congratulavam o Executivo da Junta pela gestão pró ativa do seu quadro de pessoal.-----

Pediu a palavra o **Presidente da Junta**, para esclarecer as dúvidas mencionadas pelo GP do MSU. Sobre a preferência da contratação de um Técnico Superior que cordenasse os Serviços Operacionais, disse que este dificilmente poderia acumular essas funções com o GIP. Que seria um erro colocar o GIP em causa, pois muito provavelmente o Centro de Emprego ficaria satisfeito com o seu encerramento, ficaria com menos uma despesa e atirava com o ónus do encerramento deste serviço à população para a Junta de Freguesia. Quanto ao momento ser no final do mandato, o Presidente da Junta afirmou que preferia estar dispensado desse momento, considerando a complexidade de um procedimento concursal ao nível do tempo a dispender, das reuniões, das diligências para a composição do Júri, que tem de obrigatoriamente ser constituído por cinco técnicos superiores, com vínculo à função pública. Observou ainda que, efetivamente, a Junta ficará exatamente com o mesmo número de trabalhadores do que antes. Os vínculos é que alteram de precários para mais duradouros e estáveis para os trabalhadores e nessa sequência saudou a intervenção oportuna e consistente da Bancada do PS.-----

A Presidente da Mesa colocou à votação a continuidade dos trabalhos, por mais 60 minutos, após as zero horas. O GP do PS manifestou o seu desacordo com a continuidade dos trabalhos, em coerência com o que defenderam no início da reunião tendo em conta a mensagem política que se deve transmitir à população que está confinada e por uma sucessão de situações que têm ocorrido nas



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Assembleias em relação ao prolongamento dos trabalhos.-----

Os restantes GP não manifestaram oposição, por conseguinte os trabalhos prosseguiram com a Votação da alteração ao **Mapa de Pessoal do ano 2020**, da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, que foi **aprovada por unanimidade**.—

Ponto Três: Análise e Votação do Plano de Atividades, Orçamento, Mapa de Pessoal, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano Plurianual das Ações Mais Relevantes (PPA);-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta** para apresentação resumida do documento em apreciação. Disse, que as Grandes Opções do Plano, instrumento estruturante e orientador da gestão, são também um elemento fundamental para a elaboração de um Orçamento capaz de afetar os recursos necessários aos objetivos definidos. O Orçamento foi concebido de acordo com o sistema de normalização contabilística para a administração pública – SNC/AP, em substituição do anterior POCAL, em estrita obediência à Lei, alicerçando o rigor próprio de quem assume trabalho e competência.-----

Com uma proposta de orçamento que rondará os 500 mil euros, tanto na receita como na despesa (**Receitas:** Contratos e Acordos CMS 230.000 / IMI 45.000 / Mercado 24.500 / FFF 123.800 Permanências 37.000 Soma do Total 460.300 euros – **Despesas:** Pessoal 325.000 / Aquisição de bens e Serviços 158.000 Soma do Total 483.000 euros) as atividades propostas para 2021 são aquelas que perspetivamos para momentos normais, ultrapassada, não sabemos quando, a vigente crise epidémica. Naturalmente excluímos algumas atividades previstas para o início do ano, aquelas que já sabemos, não haver condições para realizar (Concerto de Ano Novo, Carnaval, ...). Também excluímos a intenção de "criar uma estrutura de acolhimento de livros em local frequentado, que proporcione o fácil acesso aos livros e à leitura, numa filosofia de partilha (Depositar livros, levá-los para casa por tempo indeterminado ou lê-los no local" porque a candidatura a uma cabine telefónica para esse fim foi aprovada, a sua inauguração, conta com a presença do presidente da Altice e a data depende da sua agenda. Mantemos o acompanhamento e apoio ao Movimento Associativo e a USQC "O Sonho Não



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Tem Idade". Foi dado cumprimento ao estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição, Lei 24/98, no âmbito da qual a Junta de Freguesia, convidou os Partidos com assento na Assembleia de Freguesia para audição e eventual apresentação de sugestões para as GOP, tendo sido incorporadas algumas delas, nesse sentido apelou à aprovação dos documentos em apreciação.-----

Iniciando o período de intervenção dos Grupos Políticos, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Deputado **Alfredo Fernandes** (GP do PS). Assinalou que este final de mandato, vai ficar marcado pela pandemia, num contexto de grande imprevisibilidade e em que o Poder Local deve ter uma resposta pro ativa e não reativa e, deve ser ao máximo um agente de estímulo tanto de apoio social como económico. Salientou com surpresa, que numa situação como a que vivemos neste momento o valor orçamentado é inferior ao do exercício anterior. Não se pode dizer que seja orçamento eleitoralista, mas também não é um Orçamento progressista, e dotado para responder aos grandes desafios de relançamento económico que vão surgir neste país, nos quais o Poder Local e as Freguesias também têm uma importância significativa. Parece-nos que é o Orçamento possível, mas também nos parece que num final de ciclo do Senhor Presidente um sinal de desinvestimento e de abandono na gestão futura desta Freguesia.-----

A Deputada **Isabel Lobo da Silva** (GP do PSD), na sua intervenção, começou por sugerir que, no Capítulo da Educação, Juventude e Desporto, a Junta de Freguesia começasse a elaborar os Regulamentos dos Equipamentos Desportivos que são património da Junta e sob a sua gestão. No Capítulo do Planeamento e Urbanismo, assinalou que em 2020, o Executivo inscreveu a intenção de defender junto da Câmara Municipal de Sesimbra a participação da Junta de Freguesia na Comissão de Revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde. Contudo nas presentes GOP deixa de haver qualquer referência ao acompanhamento da Junta, apesar de ter a obrigação de acompanhar. Disse que quanto ao Orçamento, o PSD lamentava que passado quase cinco anos de um Governo do Partido Socialista, coadjuvado pelo PCP e o Bloco de Esquerda, a questão do montante das transferências do Estado para a Freguesia, apesar de



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

ter aumentado um pouco, ainda não foi revisto no seu todo. Questionou o motivo de se manter o valor da rubrica destinada à Feira Festa que no Orçamento anterior, uma vez que a Junta transferiu a verba de 1500 euros para a Feira Festa e esta não se realizou, desconhecendo esta Assembleia de este valor foi devolvido. Verifica-se que as rubricas dos outros eventos diminuíram, mencionando apenas valores simbólicos para manter abertas as contas. Em relação ao desinvestimento que se verifica na Aquisição de Serviços, questionou quais foram os serviços que sofreram o corte no investimento. Na conta referente à vigilância e Segurança fez referência a um corte orçamental de 4 mil euros, e perguntou qual a razão do corte numa área que considera importante.----- Foi concedida a palavra ao Deputado **Hélder Gaboleiro** (GP MSU) que fez as seguintes considerações: é um Plano que não tem capacidade de arriscar no contexto atual. É um pouco mais do que o corta e cola do ano passado, mas com cortes significativos nas aspirações. Será por causa da situação pandémica? Ao MSU parece que não! Fica no ar a pergunta, porque razão a vontade de dinamizar eventos, a interação e colaboração com o Movimento Associativo ocorre cada vez menos? No apoio às escolas deixa de haver cedência de meios e equipamentos. As Bandas de Garagem, a expressão orçamental de realojamento da sala de ensaio do CIPA, tendo em conta que o CIPA vai deixar de existir, é compreensível. No ponto da Cultura e Património, há a defesa do Centro de Artes no Parque da Várzea, que deixou de existir, houve um acescento de um Festival de Música da Quinta do Conde, mas com tantas supressões este é apenas um desejo para um compromisso firme, não queremos dizer que é propaganda eleitoral. Na Ação Social, Saúde, Habitação - famílias carenciadas - nada de novo, além de um trabalho mais estreito com as IPSS. Perguntou se a Junta deixou de defender a construção de um novo Centro de Saúde e do Hospital do Seixal, pois já não surgem nas GOP; se a Junta já está a acompanhar os trabalhos de Revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde e sobre a situação da Delegação de Competências para a Gestão do Anfiteatro da Boa Água, pela Junta de Freguesia. Elogiou a inclusão do desfibrilhador nas



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

instalações da Junta e a retoma do Programa “Sorrir Não Custa”. Pediu a palavra o Deputado **Hélder Conceição**, para continuar a apreciação ao Orçamento. Disse que efetivamente se verifica uma diferença na receita de cerca de 21 mil euros a menos e, isso deve-se ao inflacionamento do orçamento da receita devido a acordos de execução com a Câmara Municipal, que depois não eram executados. Questão que o MSU colocou, quer na Assembleia de Freguesia, quer na Assembleia Municipal sem uma resposta taxativa. Mas, o que é facto é que estiveram orçamentados 25 mil euros que nunca chegaram a ser transferidos para a Junta e agora só estão 100 euros, provavelmente só para deixar a conta aberta. Isto independentemente das despesas que a Junta possa ter tido, recordando que o Presidente da Junta informou esta Assembleia que a Junta se dotou de responsabilidade com pessoal e de capacidade e técnica para eventualmente assumir essa responsabilidade. Conclui-se que das transferências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia à um diferencial de menos 19.900 euros. Portanto, quando aqui se fala das transferências do Estado Central para a Junta de Freguesia, talvez as Bancadas e o Executivo, tenham agora alguma coisa a dizer sobre estas transferências, que não foram executadas, só lá estavam talvez para inflacionar o Orçamento. Perguntou porque razão surge no Orçamento um acréscimo na rubrica com a contratação de pessoal apenas de 1319 euros, quando o novo Quadro de Pessoal prevê a contratação de mais trabalhadores, deixando estes o regime de prestação de serviços. Por outro lado, deixando estes, o regime de avençados, qual a razão do acréscimo significativo nesta rubrica, que passa de 2.380 euros para 12.500 euros.-----

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Deputado **Rui Charneira** (GP do BE) que relativamente às GOP, disse que apesar de estarmos num tempo de profundas mudanças sociais e económicas não se verifica qualquer inovação política no apoio direto a população da freguesia. É mais do mesmo. Verbas destinadas ao investimento são um conjunto de intenções. Gostariam de ver mais apoio ao Comércio Local. Estando as empresas da Freguesia necessitadas de apoios de toda a ordem, não vemos uma estratégia bem definida, como a criação



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

de um gabinete de apoio às empresas locais, onde pudesse haver uma interligação maior com comércio local, onde os comerciantes pudessem expor as suas dúvidas e anseios. Nada refere sobre o trânsito da localidade cada vez mais caótico e congestionado, sendo necessário olhar para esta problemática, de forma que o escoamento do trânsito nas principais vias da Quinta do Conde seja regulado de uma forma mais fluida e coerente, sobretudo na hora de ponta.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Vitor Jesus** (GP da CDU), que relembrou que a Junta de Freguesia tem apenas um orçamento de cerca de 500 mil euros, que cerca de metade do valor da receita provém da Câmara Municipal de Sesimbra, como uma ligeira redução do IMI, das receitas da Vendas Ambulante, entre outras pequenas receitas e com um acréscimo pouco significativo das Transferências do Estado. Defendeu, que neste contexto, dizer que o Orçamento é idêntico ao do ano passado, não é assim tão mau porque estamos num momento de exceção, durante o qual a Junta só não fez o que foi impossibilitada de concretizar. Por outro lado prevê-se um acréscimo na aquisição de bens e serviços devido a despesas na aquisição de EPIS. Terminou a intervenção saudando a Junta de Freguesia pelo trabalho desenvolvido que mesmo em tempo de pandemia esgotou todas as hipóteses ao seu dispor.-----

Seguidamente, o Presidente da Junta interviu em resposta e esclarecimento às observações dos Grupos Políticos. Começou por dizer que na generalidade registou muita seriedade na apreciação dos documentos por parte das Bancadas. Esclareceu o Deputado Rui Charneira que já existe um Gabinete de Apoio ao Empresário criado pela Câmara Municipal e que as matérias relacionadas com a regulação do trânsito e urbanismo também são competências da Câmara Municipal, quando muito a Junta pode ser um veículo de transmissão das preocupações dos Quintacondenses. Quando o Deputado Rui Charneira refere que "é mais do mesmo", sentimos essa observação como um elogio, porque é sinal que somos coerentes. Por outro lado, ouvimos a Bancada do Partido Socialista dizer logo no início que vivemos um momento atípico, nós não sabemos quando é que esta epidemia termina e tal como referimos, decidimos eliminar as



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

atividades que já sabíamos que não iríamos poder fazer, designadamente as do início do ano e manter na generalidade as outras atividades. Relativamente, ao valor das receitas, é constatável a sua redução e os motivos identificáveis, houve Bancadas que até sugeriram a redução de receitas, como as Taxas provenientes do Mercado. Quanto a analisar o Orçamento, comparando com verbas que estavam inscritas no ano anterior, disse que os membros da Assembleia sabem bem que ao longo do ano há um conjunto de alterações orçamentais que a Junta vai aprovando de acordo com as necessidades. Relativamente ao Regulamento de Taxas e Licenças, informou que há um documento comum das três Freguesias que está a ser analisado juridicamente e que oportunamente informaremos com mais detalhe para o submeter à Assembleia. Em relação a outros Regulamentos, reconheceu alguma pertinência na sugestão, mas não está inscrito nas Atividades, o que não quer dizer que não se venha a fazer. Relativamente à Revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde, disse que continuava disponível para participar na Comissão. Sobre o valor atribuído no ano passado para a Feira Festa, sai da rubrica dos Apoios ao Movimento Associativo. O valor de 1500 euros sai de uma rubrica diferente para assegurar outras despesas que a Junta tem em relação à Feira Festa. O compromisso assumido com o Movimento Associativo para 2021 é, manter o mesmo valor de apoio e, se afirmamos com frequência que a Comunidade Educativa e o Movimento Associativo são pilares da atividade da Junta, certamente não os iremos desamparar. Em relação ao Festival de Música, a sua organização estava já bastante adiantada, são conhecidas as razões do seu cancelamento e estamos na expectativa do que poderá ser possível fazer em 2021. Sobre os acordos de execução que não se concretizaram, estavam relacionados a manutenção da Várzea. Este ano deixamos apenas a Conta aberta, pois nunca deixamos de responder a pequenas necessidades, sendo disso exemplo, o calceteiro que por sinal é um prestador de serviços. Também na área das avenças, a Junta até pode gastar menos com as Avenças e estar mais dinheiro orçamentado, mas não hajam dúvidas que 12 mil euros não é um valor descabido tendo em conta os diversos prestadores que a



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Junta tem ao seu serviço. Sobre o valor afeto à Segurança, disse que correspondia à aquisição de serviços com eventos, como os Santos Populares.-- O Deputado **Hélder Conceição** (GP do MSU) pediu a palavra para transmitir uma apreciação política sobre as GOP e o Orçamento, dizendo que ficava a dúvida que se o presente documento, tendo em conta que é uma extensão do que foi o trabalho desenvolvido nos últimos anos, num contexto que se reconhece diferente, e tendo em conta que não há grande novidade, colocava perante todos os Grupos Políticos, a não ser o que suporta o Executivo, a questão se, este documento representa alguma novidade em relação ao ano passado e no caso de ser rejeitado, se a gestão por duodécimos seria ou não mais ou menos "igual ao litro".-----

Seguidamente a Presidente da Mesa colocou à votação o Plano de Atividades, Orçamento, Mapa de Pessoal, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano Plurianual das Ações Mais Relevantes (PPA), que foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor (8 da CDU / 2 do PSD), 7 Abstenções (6 do PS / 1 BE) e 2 votos contra do MSU, com declarações de voto do PS (**Anexo X**), do MSU (**Anexo XI**), do BE (**Anexo XII**) e do PSD.-----

Ponto Quatro: Informações.-----

O Presidente da Junta, **Vitor Antunes** prestou a seguintes informações: a Quinta do Conde assinala meio século de existência enquanto localidade, tendo em conta que perfaz hoje, 50 anos que foi inaugurado o Restaurante no âmbito de uma conferência jornalistas. Para assinalar esta data e proporcionar um momento alegre aos Quincacondenses, vai passar por várias ruas da Quinta do Conde o autocarro da SIC que ao longo da manhã levará animação musical até ao domicilio dos quinquandenses com sucessivos diretos. Há iniciativas programadas até ao final do ano mas estão dependentes da evolução da pandemia, como o Mercado de Natal ou a Mostra de Brinquedos Antigos.-----

O Deputado **Paulo Bandarra** solicitou informação sobre a situação da Pandemia na Quinta do Conde. **Vitor Antunes** respondeu que os dados não chegam ao Presidente da Câmara por Freguesias, no entanto, disse que a situação no



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Concelho é complicada e não deve alterar nas próximas avaliações.-----

A Deputada **Isabel Lobo da Silva** pediu a palavra e procedeu à leitura de uma declaração para assinalar o 40º Aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro (**Anexo XIII**).-----

Pediu a palavra o Deputado **Hélder Gaboleiro**, para informar que no próximo domingo no Zambujal irá decorrer uma manifestação popular pelo encerramento do Aterro ilegal existente naquela zona.-----

O Deputado **Vitor Jesus** informou que neste fim-de-semana decorria XXI Congresso do PCP, que saudava pelo que isso significava no momento social e económico que se vive no país.-----

Concluída a Ordem de Trabalhos, a primeira secretária da Mesa, **Ana Oliveira**, procedeu à leitura da Ata em Minuta que submetida à votação, foi aprovada por Unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa, agradeceu a participação de todos na sessão, em particular ao Senhor Presidente da Direção da Voz do Alentejo, encerrou os trabalhos pelas zero horas e 59 minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano dois mil e vinte, com votos de Boas Festas. -----

Por ser verdade o constante desta Ata, vai a mesma ser assinada por todos os membros da Assembleia de Freguesia presentes na sessão, que assim o desejem, atestando a veracidade dos factos relatados. -----

Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro

Ana Maria Simões dos Santos Reis Oliveira



**Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra**

Emília Maria da Costa Pereira Leite Emília Leite

Elsa Cristina Pereira Lourenço Guerra Elsa Cristina Pereira Lourenço Guerra

Vítor Nuno de Oliveira Gonçalves de Jesus Vítor Nuno de Oliveira Gonçalves de Jesus

Sílvia Raquel Santos Taveira Lameirinha Sílvia Raquel Santos Taveira Lameirinha

Ricardo Jorge Alves Rufino _____

André Filipe Mosca Antunes André Filipe Mosca Antunes

Isabel Maria Garcia Gomes Lobo da Silva Isabel Maria Garcia Gomes Lobo da Silva

Carlos Alberto de Sousa Morais de Almeida Carlos Alberto de Sousa Morais de Almeida

Hélder Fernando Marques Gaboleiro Hélder Fernando Marques Gaboleiro

Hélder António Candeias Conceição Hélder António Candeias Conceição



**Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra**

Rui Alberto Fernandes Charneira

Alfredo Miguel Pires Fernandes

Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita

Ana Paula dos Santos Sousa

Bruno Miguel Pinto Dias Costa

Paulo Alexandre Mestre Bandarra

Ricardina Maria da Cunha V. Pinto Ferreira



*Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra*

**Documentos Anexos
à
Ata da Sessão
da
Assembleia de Freguesia
da
Quinta do Conde**

**Avenida da Cova dos Vidros – 2975 – 333 QUINTA DO CONDE
Telefone: 21 210 83 70 – Fax: 21 210 83 75
Página na INTERNET www.jf-quintadoconde.pt**

Endereço de Correio Electrónico: assembleia.freguesia@jf-quintadoconde.pt



**Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde
Concelho de Sesimbra**

Voto de Pesar

Afonso Manuel do Carmo da Rocha Esteves

Afonso Manuel do Carmo da Rocha Esteves nasceu em Lisboa, a 12 de Dezembro de 1945.

Membro da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde faleceu na sequência de doença prolongada, com 74 anos de idade.

Residente na Quinta do Conde desde os anos noventa, foi fundador e dirigente da Liga dos Amigos da Quinta do Conde, tendo em representação desta associação, conjuntamente com outros onze dirigentes associativos da Quinta do Conde, subscrito a escritura de constituição da Comissão Organizadora da Feira Festa da Quinta do Conde, tendo sido o primeiro presidente desta associação, criada para organizar a Feira Festa.

Foi sucessivamente eleito presidente da Direção até 2019, quando por motivos de saúde não se recandidatou, tornando-se mesmo assim, no final de 2019, presidente da respetiva Mesa da Assembleia Geral.

Dirigente da Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde, do Centro Cultural, Social e Recreativo Voz do Alentejo e da Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde.

Durante a sua vida foi também praticante de futebol e árbitro federado da Associação de Futebol de Setúbal.

Em 2009 foi eleito para a Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, condição que repetiu nas eleições autárquicas de 2013 e 2017.



Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde Concelho de Sesimbra

Em reconhecimento pela dedicação à sua terra, a Junta de Freguesia da Quinta do Conde deliberou em 2 de julho deste ano, atribuir a Afonso Manuel do Carmo da Rocha Esteves a Medalha de Mérito da Freguesia, condecoração entregue ao filho e esposa por ocasião do 35.º aniversário da Freguesia.

A Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Novembro de 2020, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Afonso Manuel do Carmo da Rocha Esteves, manifestando as mais sentidas condolências à sua família e amigos.

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020.

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.



VOTO DE PESAR

Dinis Basílio

Dinis José Tristão Basílio, nascido na freguesia de Santana da Serra, Concelho de Ourique, em 23 de setembro de 1935, deixou-nos no passado dia 18 de novembro, aos 85 anos.

Um Homem com grande dignidade, alentejano de “Gema” e que ao longo da sua vida, em especial através do Movimento Associativo sempre contribuiu para o bem-estar dos Quinta-Condenses.

Foi um dos fundadores, responsável e ensaiador durante muitos anos, do “Grupo Coral – A Voz do Alentejo”.

Dinis Basílio, sócio nº 9, fez parte dos órgãos sociais do Centro Cultural Social e Recreativo A Voz do Alentejo na Quinta do Conde, durante vários anos, tendo sido Presidente do Centro Cultural no biénio 2001-2002, sendo à data do seu falecimento, Presidente do Conselho Fiscal.

Com o entusiasmo e dinâmica inigualável, que lhe era característico, levou e divulgou com os seus camaradas o “Cante Alentejano” a muitos locais do nosso país.

Entusiasta de novos projetos viu um dos seus sonhos ser realizado este ano em plena pandemia, a gravação dos registos fonográficos em registo áudio (CD).

Dos projetos, que se iniciaram e ficaram por concretizar, um era-lhe muito querido; a criação de um grupo infanto-juvenil, com o objetivo bem claro de passar o gosto pelo Cante às gerações mais novas.

O projeto foi iniciado, e tinha já uma dinâmica própria, mas a pandemia não deixou que este prosseguisse por agora, o projeto, “O Cante vai à Escola”.

O Dinis, pela sua personalidade, dedicação à causa pública e todo o trabalho realizado pelo bem-estar da população da nossa freguesia, vai deixar muita saudade.

Face ao exposto, a Assembleia da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, reunida a 27 de Novembro de 2020, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Dinis Basílio e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências.

Dar conhecimento:

Aos familiares;

Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra

Centro Cultural Social e Recreativo “A Voz do Alentejo na Quinta do Conde”

Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara Municipal de Sesimbra

Comunicação social local e regional

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020



VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Teles

1922-2020

No passado dia 11 de Novembro, morreu Gonçalo Ribeiro Telles, com 98 anos, um defensor acérrimo do equilíbrio entre homem e natureza e um pioneiro no que à política ambiental dizia respeito.

Homem cívica e politicamente ativo, foi um dos fundadores da coligação Aliança Democrática, pelo PPM, denunciou a tortura dos presos políticos, pela PIDE, integrou a maioria dos governos provisórios, oriundos da revolução de Abril, fundou o o MPT e desempenhou diversos cargos públicos.

Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, nasceu em Lisboa, em 1922, licenciou-se em Engenharia Agrónoma e terminou o Curso Livre de Arquitetura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa em 1950.

Iniciou a sua vida profissional nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, ao mesmo tempo que lecionava no ISA, tornando-se um pioneiro da arquitetura paisagista em Portugal.

Na Câmara de Lisboa integrou a Repartição de Arborização e Jardinagem, foi arquiteto paisagista do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, dirigiu, igualmente o Setor de Planeamento Biofísico e de Espaços Verdes do Fundo de Fomento da Habitação.

É cofundador do curso de Planeamento Biofísico que daria origem em 1981 à licenciatura em Arquitetura Paisagista da Universidade de Évora, onde foi Professor Catedrático e Professor Emérito.

Gonçalo Ribeiro Telles foi decisivo na redação do articulado da Constituição sobre Ambiente e de um conjunto de diplomas legais determinantes para a definição de uma política de Ambiente e de Paisagem como defesa dos melhores solos agrícolas, do coberto vegetal e do relevo natural, criou a estrutura de protecção ecológica e do património construído, condicionamento e recuperação da extracção de inertes, Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Planos Regionais de Ordenamento do Território.



Enquanto eleito à Assembleia da Republica são da sua responsabilidade as propostas da Lei de Bases do Ambiente, da Lei da Regionalização, da Lei Condicionante da Plantação de Eucaliptos, da Lei dos Baldios, da Lei da Caça, e da Lei do Impacte Ambiental.

Gonçalo Ribeiro Telles deixa um legado histórico na arquitectura paisagista em Portugal, destacando o Jardim do Palácio Mateus em Vila Real, o Corredor Verde de Monsanto, o Jardim da Capela de São Jerónimo em Belém, a Mata dos Medos em Almada, o Bairro das Estacas em Alvalade, o Jardim Amália Rodrigues em Lisboa, a Mata de Alvalade em Lisboa, os Jardins do Castelo de São Jorge, o Vale de Alcântara e a Radial de Benfica, o Vale de Chelas, o Corredor Verde de Monsanto e a Integração na Estrutura Verde Principal de Lisboa da Zona Ribeirinha Oriental e Ocidental.

No entanto o projeto mais marcante da sua carreira é, provavelmente, o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, assinado em conjunto com António Viana Barreto, que lhe valeu o Prémio Valmor de 1975.

Foi galardoado com o grau de Oficial da Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e o Prémio Sir Geoffrey Jellicoe, a mais importante distinção internacional no âmbito da arquitetura paisagista, considerado o Prémio Nobel da Arquitectura Paisagista.

A sua luta pelo ambiente durou mais de 70 anos, um longo caminho em que protagonizou algumas polémicas célebres, como a oposição ao cultivo industrial do eucalipto ou a defesa dos quintais das cidades, que acabaram por transformá-lo numa das figuras actualmente mais consensuais da sociedade portuguesa.

O PSD propõe que a Assembleia de Freguesia, na sua Sessão Plenária de 27 de Novembro de 2020, manifeste o seu profundo pesar pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem e dando conhecimento à família.

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020

Os Eleitos do PSD

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



Moção

Governo duplica o valor da Taxa de Gestão de Resíduos

No passado dia 17 de Setembro, o Conselho de Ministros aprovou, sendo publicado o Decreto-Lei nº92/2020 no dia 23 de Outubro, o aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de 11 para 22 euros por tonelada, a partir de janeiro de 2021. Esta decisão é ilegal, inoportuna e desproporcionada.

É **ilegal** porque a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) não foi consultada (conforme decorre do seu comunicado datado de 22 setembro), quando a sua audição é legalmente obrigatória.

É **inoportuna** porque, quando os Municípios, os cidadãos e as empresas já estão penalizados pelo acréscimo das despesas decorrentes da atual pandemia, estes serão ainda mais sobrecarregados, num contexto de grave crise social e económica, sem precedentes, caracterizado pelo aumento substancial do desemprego, pela grande diminuição do produto nacional bruto e pela enorme diminuição do volume de negócios das empresas e das disponibilidades das famílias, que se poderão agravar.

É **desproporcionada** porque só um Governo desorientado, tanto nas medidas a adotar, como nas metas a atingir, designadamente perante a União Europeia, por ausência de políticas eficazes e consequentes, decide aumentar para o dobro a TGR.

Esta medida, desenquadrada de outros documentos que estão em preparação, como o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos e o Plano Nacional de Gestão de Resíduos, não vai atingir os seus objetivos de *"desencorajar as opções de deposição final em aterro e incineração de lixo indiferenciado, ao mesmo tempo que incentiva a redução da produção de resíduos e a separação e reciclagem de materiais"*, como consta da nota de imprensa do gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, uma vez que se encontra completamente desenquadrada de outras integradas numa política que o Governo deveria ter promovido e não o fez.



Face ao exposto vem a bancada do PSD da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde manifestar a oposição da decisão do Governo em aumentar para o dobro a Taxa de Gestão de Resíduos, **apelando à sua revisão imediata** e exortando o Governo a implementar medidas e políticas que contribuam para a efetiva prossecução da melhoria da qualidade do ambiente.

Dar conhecimento:

Ministro do Ambiente e da Ação Climática
Área Metropolitana de Lisboa
Associação Nacional dos Municípios Portugueses
Câmara Municipal de Sesimbra
Assembleia Municipal de Sesimbra
Juntas de Freguesia do Concelho
Assembleias de Freguesia do Concelho
Comunicação Social Local e Regional

Quinta do Conde, 27 de Novembro 2020

Os eleitos da Bancada do PSD
Isabel Lobo da Silva
Carlos Almeida



RECOMENDAÇÃO

MELHORAR A DIVULGAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES DAS CAMPANHAS DE PROMOÇÃO DO CONSUMO LOCAL

“NATAL É NO COMÉRCIO LOCAL” E OUTRAS

Temos visto nas redes sociais e sítio institucional da Junta de Freguesia da Quinta do Conde uma campanha, promovido pelas autarquias sesimbrenses, que a todos os que valorizam a atividade económica de base local devem prestar a sua concordância e apoio.

E, apesar de nem sempre as palavras corresponderem às ações, pois convém lembrar que o estabelecimento de **grandes superfícies comerciais**, talvez em excesso, numa espécie de *project finance* encapotado, proporcionaram a **desoneração do custo de algumas importantes infraestruturas existentes na Quinta do Conde e só foram possíveis de concretizar com o licenciamento e anuência camarária**, que não mediram ou não consideraram de cuidar os efeitos menos positivos na estrutura comercial local é, também por isso, recomendável e desejável que os poderes públicos – câmara e junta – possam apoiar *especialmente* os empresários e comerciantes locais nas suas diversas iniciativas.

Esta campanha de apoio ao comércio local também se reveste de importância para que a comunidade possa demonstrar a sua solidariedade e apetência para ajudar os próximos e os seus, num contexto de incerteza, onde há setores comerciais e de negócios em que o acréscimo sensível do volume de negócios nesta quadra representa uma condição essencial para a sua continuidade. Continuidade que, acordemos todos, poderá estar em causa para muitos pequenos negócios e estabelecimentos.

Sendo assim, tendo em conta que o MSU, no exercício do seu direito à oposição, já tinha instado a Junta de Freguesia a **encetar um processo de comunicação mais planeado e estruturado das suas iniciativas dirigida aos empresários locais**, para que estes tivessem condições para planear melhor a sua participação nas atividades económicas por ela promovidas, mas também pelo facto de no seu **Plano de atividades** o executivo da Junta de Freguesia, já há alguns anos, colocar persistentemente um ponto onde afirma continuar um trabalho de **inventariação das pequenas e médias empresas em atividade na área da Freguesia**, o Movimento

Sesimbra Unida recomenda um corolário lógico da junção da sua sugestão e do trabalho desenvolvido pelo executivo:

- **Uma melhor divulgação destas iniciativas, da campanha NATAL É NO COMÉRCIO LOCAL, como noutras, junto dos comerciantes e empresários das atividades económicas passíveis de serem incorporadas neste tipo de iniciativas;**
- **Existindo um plano de comunicação estruturado e planeado, como o MSU defende, e a inventariação das empresas em atividade na freguesia, como decorre do plano de atividades do executivo da Junta, recomendamos que se possa efetuar uma comunicação direta, vulgo *direct mail*, se não por correspondência, utilizando meios eletrónicos através de uma *newsletter* digital, para divulgação e atração dos parceiros nos momentos de candidatura a este tipo de iniciativas.**

O processo de comunicação e divulgação deste tipo de campanhas e o seu sucesso efetivo depende tanto do que se divulga quando estas estão já a ocorrer junto do público, quanto também a divulgação segmentada na fase de atração e candidatura dos agentes envolvidos.

Não há só um talho, uma loja de animais, um café ou uma pastelaria na Quinta do Conde. No limite, e à semelhança do que já aconteceu recentemente em algumas regiões do país e áreas de negócio, houve até condições para que empresários do mesmo ramo de atividade se recomendassem mutuamente, percebendo que no momento inédito que vivemos a união pode fazer a força.

Aguardamos com expectativa a resposta positiva a este repto.

Os eleitos do Movimento Sesimbra Unida

Helder Gaboleiro

Helder Conceição

Deve ser dado conhecimento:

Executivo da Camara Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia de Freguesia do Castelo

Assembleia de Freguesia de Santiago

ACISTDS - Associação do Comércio Industria Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal

Comunicação Social Local

MOÇÃO

Pelo Reforço das Funções Sociais do Estado

A situação socioeconómica do País agravou-se com as medidas tomadas para conter a Pandemia da Covid-19, deixando muitas famílias sem qualquer tipo de rendimento.

O aumento do desemprego, o *lay-off*, o encerramento dos pequenos negócios teve um enorme impacto no dia-a-dia da população. Nesta conjuntura é urgente garantir o acesso às funções sociais do Estado, tais como; a saúde, educação, segurança social e garantir o acesso a prestações sociais.

A não existência de uma estratégia nacional para reforçar a estrutura de saúde pública, a não contratação de mais profissionais em número suficiente para responder às necessidades dos serviços, a não abertura de mais camas para internamento dos doentes com a COVID-19, particularmente camas de cuidados intensivos, fez com que a pressão sobre os serviços e profissionais atingisse limites insustentáveis provocando atrasos, cujas consequências são imprevisíveis.

Os problemas atuais do Serviço Nacional de Saúde são há muito conhecidos, não tendo como sua origem a pandemia, mas sim o subfinanciamento que sucessivos governos do PS, PSD e CDS têm sujeitado o Serviço Nacional de Saúde, limitado o seu funcionamento e dificultado o acesso à saúde da maioria da população.

A falta de médicos de família e enfermeiros, a dificuldade na marcação de consultas, as extensas filas nas portas dos Centros de Saúde, numa tentativa desesperada de uma vaga que dificilmente é conseguida. Todas estas carências já conhecidas apenas se agravaram com o contexto atual.

A saúde mental, uma área fundamental para o equilíbrio dos doentes com estas patologias, tem sido sucessivamente marginalizada e ignorada. Pouco ou nada tem sido feito para dar resposta concreta aos doentes, assim como ao crescente consumo de antidepressivos no nosso país.

A pandemia veio agravar e aumentar o número de casos de várias doenças, como a depressão e os comportamentos obsessivo-compulsivos, consequência do confinamento, isolamento, distanciamento físico e social e do pânico que os meios de comunicação social ainda continuam a exaltar.

É urgente reabrir as extensões de saúde encerradas desde o início da pandemia, retomando as consultas programadas presenciais, repondo ou alargando os horários dos centros de saúde.

A impossibilidade de obter uma consulta resulta numa corrida desenfreada às urgências hospitalares, tornando uma situação já complicada em crítica, resultando num colapso evidente das urgências.

Todos os anos, o congestionamento dos serviços de urgência no pico da gripe sazonal e suas consequências, motivadas pela falta de cobertura dos cuidados primários nos Centros de Saúde, onde a sobrecarga horária dos médicos de família nos cuidados a doente Covid é desumana. Este ano com a diminuição de consultas nos Centros de saúde prevê-se uma situação completamente descontrolada durante o pico da gripe, agravada por uma possível nova vaga de Covid prevista para o mesmo período.

Em Sesimbra estas situações estão identificadas e foram participadas ao Diretor do ACES Arrábida, Dr. Luís Pombo, aquando da visita da Deputada do PCP Paula Santos aos Centros de Saúde do Concelho, dia 19 de Outubro.

A falta de médicos de família na freguesia da Quinta do Conde abrange mais de metade da população residente, com mais de 16 000 utentes, numa necessidade urgente de um novo Centro de Saúde.

O ACES Arrábida tinha previsto a requalificação do antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde, projeto que já deveria estar concluído e em funcionamento mas que nunca avançou.

A pandemia teve um impacto muito acentuado na Educação, devido às medidas de higiene e o necessário desfasamento de horários dos alunos, acentuando ainda mais a falta de pessoal a todos os níveis nas escolas. O pessoal não docente que já era muito insuficiente antes da pandemia tornou-se ainda mais escasso devido às necessidades de isolamento e outras medidas preventivas tornando o cumprimento das regras de higiene e segurança insustentáveis para as escolas.

A Deputada Paula Santos veio ao Concelho de Sesimbra no dia 19 de Outubro de 2020 e visitou a Escola Michel Giacometti e a Escola Básica Integrada da Quinta do Conde, inteirando-se em primeira mão dos problemas reais das escolas e dos seus trabalhadores.

A sobrelotação e necessidade urgente de obras na Escola Secundária Michel Giacometti, assim como a construção da nova Escola Secundária na Quinta do Conde, estão identificadas e comunicadas ao Ministério da Educação, ao Secretário de Estado Adjunto da Educação, João Costa, à Secretária de Estado da Educação, Inês Ramires, tendo o parlamento aprovado a sua concretização, faltando o desbloqueamento da verba em Orçamento de Estado.

A CDU defende uma política de proximidade com a população e nesse sentido é essencial a abertura de uma verdadeira loja do Cidadão no Concelho com as várias valências, nomeadamente o atendimento da Segurança Social, Finanças, Instituto dos Registos e Notariado, entre outros e sobretudo um aumento dos atendimentos da segurança social no Concelho de Sesimbra e em particular na Quinta do Conde.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social têm recebido mais solicitações de apoio derivadas à pandemia e às suas consequências, sendo necessário um reforço do financiamento destas instituições que estão no terreno a prestar apoio às populações.

Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde reunidos a 27 de Novembro de 2020 deliberam solicitar ao Governo e respetivos Ministérios:



1. A contratação de médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes técnicos, assistentes operacionais e telefonistas em falta no SNS;
2. A dotação em Orçamento de Estado para o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, assim como a reabertura das extensões e centros de saúde encerrados, designadamente o antigo Edifício do centro de saúde na Quinta do Conde, com condições dignas de comodidade, segurança e de espera para os utentes, evitando que permaneçam na rua devido às normas sanitárias definidas pela Direção Geral de Saúde;
3. A modernização das redes de comunicações das extensões e centros de saúde, em particular das comunicações telefónicas e eletrónicas, bem como dos equipamentos informáticos;
4. A atribuição do médico e enfermeiro de família a todos os utentes, salvaguardando o atendimento de consultas de Urgência durante a noite no Centro de Saúde da Quinta do Conde;
5. A reabertura imediata das Urgências pediátricas durante a noite no Hospital Garcia de Orta;
6. A dotação orçamental no Orçamento de Estado para a nova Escola Secundária na Quinta do Conde e obras de requalificação da Escola Michel Giacometti;
7. A contratação de pessoal docente e não docente em carência e redução do número de alunos por turma;
8. A necessidade de financiamento da Segurança Social e seu reforço nas Instituições Particulares de Solidariedade Social para fazer face às despesas originadas pelas medidas Covid, minimizando o impacto na economia, assim como reforço dos seus trabalhadores, permitindo desta forma uma maior disponibilidade dos atendimentos.
9. A criação de uma loja o Cidadão no Concelho de Sesimbra;

Dar conhecimento:

Primeiro-Ministro
 Ministro da Educação
 Ministra da Saúde
 Ministro do Trabalho e Segurança Social
 Secretário de Estado Adjunto da Educação
 Secretária de Estado da Educação
 Câmara Municipal de Sesimbra
 Assembleia Municipal de Sesimbra
 Agrupamento de Escolas da Boa Água
 Agrupamento de Escolas da Quinta do Conde
 Agrupamento de escolas Michel Giacometti
 ACES Arrábida
 USF Conde Saúde
 UCPS da Quinta do Conde
 Centro Comunitário da Quinta do Conde
 Liga dos Amigos da Quinta do Conde
 Comunicação Social local e regional e nacional

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020



DECLARAÇÃO DE VOTO

RECOMENDAÇÃO

MELHORAR A DIVULGAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES DAS CAMPANHAS DE PROMOÇÃO DO CONSUMO LOCAL "NATAL É NO COMÉRCIO LOCAL" E OUTRAS

O apoio pelas autarquias aos empresários e comércio local é imprescindível para o desenvolvimento, neste caso, da Freguesia da Quinta do Conde, que na sua grande maioria são negócios familiares, que se tornaram no sustento e na criação dos próprios postos de trabalho dessas mesmas famílias.

Muitos empresários da restauração, bares e discotecas, estão num sufoco financeiro, devido às restrições provocadas pela pandemia, e alguns sem grande vislumbramento de uma retoma das suas actividades.

Estas campanhas deveriam ser consolidadas ao longo de todo o ano e todos os anos, mesmo no pós pandemia, porque são o comércio e os empresários locais que muitas vezes dão a resposta em situações de grande necessidade social, substituindo o estado e as próprias autarquias.

No entanto, não podemos esquecer que as grandes superfícies, apesar de fazerem uma concorrência directa ao comércio local, por sua vez criam muitos postos de trabalho, que também esses fazem movimentar o mesmo comércio local.

No fundo, todos são precisos e todos dão o seu contributo para o desenvolvimento da Freguesia.

O PSD vota favoravelmente esta Recomendação.

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020

Os eleitos do PSD

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



DECLARAÇÃO DE VOTO DO MSU – Assembleia de Freguesia de dia 27/11/20

PAOD – Documento 6 – Moção – Pelo Reforço das Funções Sociais do Estado

O grupo político do MSU abstém-se na votação a esta moção da CDU.

Reconhecendo as necessidades preconizadas, ponto-por-ponto elencadas pela CDU, reconhecemos-lhes a sua validade e pertinência, até tendo em conta o contexto pandémico. Sendo que a maioria dos pontos abordados dizem respeito a questões de saúde.

Na discussão do documento, em sede da Assembleia de Freguesia, até nos congratulámos pela **re-inclusão nas prioridades da CDU, do desiderato da Loja de Cidadão**. Referem-na como necessária no concelho de Sesimbra, mas gostaríamos que o grupo político da CDU a reconhecesse como necessária no espaço geográfico da Quinta do Conde. Isto, ainda assim, apesar da desconsideração do executivo desta proposta recorrente do grupo político do MSU no seu direito à oposição, tendo, inclusivamente, uma presença *intermitente* no documento da **Grandes Opções do Plano apresentado anualmente pelo Executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde**. Intermitência que lamentamos.

Por sua vez, nos pontos dedicados à Educação, teremos de notar também, com agrado, que a CDU abra a possibilidade de poder também **solicitar para deliberação as obras de requalificação da escola sede do agrupamento Michel Giacometti**. Lutar pelo ideal, não impede conquistas intermédias. Aqui, parece-nos que todas as propostas que possam onerar o município, sofrem de resistência do(s) partido(s) que suportam o executivo municipal. Querelas políticas entre estruturas de governo e grupos parlamentares nacionais, que resultam em prejuízo das populações.

No entanto, o voto de abstenção tem como função instar a bancada da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, ao ser sempre tão assertivo a deliberar para o Estado Central assumir os seus desígnios, seja tão tímido na assunção das suas próprias responsabilidades, até porque existe, hoje em dia, um quadro mais favorável e enquadrado de descentralização de competências.

Os eleitos pelo MSU

Hélder Gaboleiro

Hélder Conceição



DECLARAÇÃO DE VOTO

Pelo Reforço das Funções Sociais do Estado

O texto desta Moção, para além de mal elaborado, está muito baralhado quanto ao seu conteúdo e teor, englobando um dois em um.

O PSD, considera que existem dois objectivos distintos a atingir nesta moção, um sobre o reforço das funções sociais do estado e a defesa do SNS e um segundo referente à educação e as condições precárias em que se encontram as escolas da Quinta do Conde.

O PSD, sugeriu à CDU que dividisse o documento em dois, clarificando e enriquecendo o conteúdo de cada um, criando duas moções distintas:

Moção sobre o reforço das funções sociais do estado e a defesa do SNS.

Moção referente à educação e às condições precárias em que se encontram as escolas da Quinta do Conde.

Também se torna surpreendente, que a CDU não tenha incluído, ou se tenha esquecido, nesta moção, a exigência da construção do hospital do Seixal. Também lamentamos que só a saúde mental tenha sido referida nesta moção, quando todas as patologias não covid continuam sem resposta.

A bancada do PSD votou contra o documento da CDU, não por ser contra a defesa do SNS, nem pelo reforço das funções sociais do estado, mas simplesmente porque o documento não é claro, está mal elaborado e de uma enorme confusão.

No entanto, estranhamos o facto da CDU ter aprovado 5 orçamentos de estado e mais concretamente se ter absterido na votação do orçamento para 2021, quando este nunca previu verbas para o que solicitam nesta moção.

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020

Os eleitos do PSD

Isabel Lobo da Silva

Carlos Almeida



Declaração de Voto

GOP e Orçamento 2021 da Junta de Freguesia da Quinta do Conde

2020 Ficará na memória coletiva como um ano invulgar, bem longe do otimismo que usualmente emana a viragem de década. A Pandemia do Covid-19 provocou uma das maiores crises de saúde pública que há memória, com ondas de eco que se perpetuaram na economia, no emprego, na ação social, e particularmente junto a franjas de sociedade já habitualmente mais vulneráveis, como os mais pobres ou os mais idosos.

Toda esta situação pandémica veio também demonstrar a necessidade de uma gestão pública proactiva, flexível e de proximidade com as populações, na qual o poder local tem um papel essencial.

O executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde apresenta hoje nesta Assembleia o Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2021, último ano de mandato deste executivo e que culmina com o final de ciclo político de doze anos do seu Presidente.

Perante uma conjuntura adversa, o Partido Socialista congratula o executivo pelo esforço adicional no apoio ao Movimento Associativo, desde logo uma medida trazida a este plenário pela primeira vez pelo Partido Socialista, em Junho passado, numa moção que foi “empurrada” pela bancada do Partido Comunista sessão após sessão para não ser levada a votação, mas que agora vemos, e congratulamos, acolhida pelo executivo.

Também no que toca a política de gestão de recursos humanos, o Partido Socialista valoriza a tentativa do executivo de regularizar os vínculos laborais precários com o pessoal técnico auxiliar, aproveitando também os sucessivos incentivos dados pelo Governo através do Programa de Regularização de Vínculos Precários da Administração Pública. Realçamos ainda a contratação adicional de um Técnico Superior, o qual aguardaremos a abertura do respetivo procedimento concursal para melhor compreender as atribuições e finalidade ao qual o mesmo posto de trabalho se destina.

No entanto, apesar dos reconhecidos esforços já citados, o Partido Socialista não poderia deixar de notar que, no Orçamento e Plano de Atividades votado hoje nesta assembleia - o último orçamento deste mandato, o último orçamento deste Presidente - verifica-se um claro desinvestimento na Freguesia, com um valor orçamentado menor em relação a 2020, logo



Anexo X
Conh

agora, num momento em que a população mais necessita de uma resposta clara e progressista pelo Poder Local, de incentivo ao investimento e relançamento .

O Partido Socialista espanta-se ainda o “desaparecimento” completo da inclusão de qualquer obra estrutural por parte da Junta de Freguesia, como por exemplo o tão prometido Pavilhão Multiusos da Quinta do Conde.

No último ano do mandato, e num momento de profunda crise no tecido empresarial, o executivo não demonstra no seu orçamento qualquer tipo de intenção ou programa focado em apoiar os seus comerciantes e estimular as PME's.

Por fim, o executivo da Junta, mais uma vez seguindo cegamente as indicações do Comité Central do Partido Comunista, ignora, por mais um ano, qualquer tipo de preparação e planeamento orçamental para a aceitação e governação das novas competências. Quando esta transferência encontra-se prestes a ser concretizada, a partir do próximo ano, o executivo demonstra com este desinteresse, claramente, que não tenciona assumir mais competências, mais proximidade na resposta aos seus fregueses, diríamos mesmo que o Partido Comunista já começa a aceitar o seu fim de ciclo na gestão dos destinos desta freguesia, deixando o futuro em suspenso para que outros herdem um vazio.

Não obstante de todas as dúvidas que o orçamento nos suscita, o Partido Socialista jamais poderia ser insensível perante a atual situação de Pandemia que vivemos e os desafios que a mesma impôs também ao nível da gestão local. Os nossos fregueses não necessitam de política demagógica, como aquela que assistimos ontem no Parlamento Português numa aliança entre a extrema-direita e a extrema-esquerda populistas, mas sim de respostas rápidas e de sentido de responsabilidade institucional.

Nesse sentido, o Partido Socialista irá abster-se na votação deste Orçamento e Plano de Atividades, garantindo no entanto que será uma voz ativa na supervisão do cumprimento deste orçamento, na promoção de políticas mais progressistas e numa gestão mais próxima, mais competente e sem medo de aceitar competências e governar verdadeiramente em nome do povo, em nome dos cidadãos da Quinta do Conde.

Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

28 de Novembro de 2020



DECLARAÇÃO DE VOTO DO MSU – Assembleia de Freguesia de dia 27/11/20

POD – Análise e votação do Plano de Atividades, Orçamento, Mapa de Pessoal, PPI e PPA

O grupo político do MSU vota contra, analisando o cômputo geral que sai dos documentos orientadores do executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde.

Não o podia efetuar de modo diferente, depois de três anos de reptos à Junta de Freguesia, para compensar a falta de financiamento do Estado Central, por uma maior absorção de competências e financiamento, ambos provindos da Câmara Municipal de Sesimbra. Que não ocorreu.

Em contexto pandémico, no plano de atividades são suprimidas uma série de atividades de cariz artístico e cultural, atividades essas que tinham sido um dos principais eixos de atuação dos últimos anos do executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde. Mesmo as atividades que se mantém, são de questionável concretização no contexto atual.

Fez falta o *golpe de asa* que o MSU sempre defendeu, para que a Junta de Freguesia trouxesse para si, mais e melhores competências descentralizadas.

Esse deflador na atividade da Junta de Freguesia da Quinta do Conde nota-se num orçamento com uma dotação inferior e cerca de 21.000 Eur, em relação ao orçamentado para 2020. E porque mesmo os valores de anos anteriores, que eram orçamentados, ficaram várias vezes por executar, sem prejuízo do Sr. Presidente da Junta de Freguesia dizer que até continuava a ficar com o ónus da sua execução. Numa luta *desigual* com o executivo camarário, mas que pouco foi dando nota no seu mandato. Ao contrário, da sempre *batida* contra a suborçamentação de financiamento causada pelo Estado Central.

Desses 21.000 Eur de diminuição global, a quase totalidade – 19.900 Eur a menos – resultam de diminuição de transferências da Câmara Municipal de Sesimbra. Sempre tanto ênfase na escassa transferência de fundos públicos do Estado Central para a Freguesia, mas poucas medidas supletivas e subsidiárias por parte da Câmara Municipal de Sesimbra para a Junta de Freguesia da Quinta do Conde. Que deveria ter exigido, a bem dos quinta-condenses.

O grupo político do MSU acha que este modelo de gestão da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e da sua relação com a Câmara Municipal de Sesimbra se esgotou.

É preciso dar nota desse facto, votando contra, depois de sucessivas abstenções nos exercícios económicos anteriores, neste que é o documento enquadrador da atividade da Junta de

Freguesia da Quinta do Conde. No último exercício económico antes de eleições. E que com esta maioria política, esperemos ser o último, num exercício de sã alternativa democrática.

Os eleitos pelo MSU

Hélder Gaboleiro

Hélder Conceição



Declaração de Voto

Considerando que estamos num tempo de profundas mudanças socioeconómicas, decorrendo atualmente uma Pandemia a nível Global, não notamos qualquer inovação da política da Junta de Freguesia relativamente ao apoio directo á população da Freguesia.

As verbas destinadas ao investimento limitam-se a um conjunto de intenções que ao longo dos anos têm vindo a ser quase sempre as mesmas.

No que respeita à economia local, gostaríamos de ver mais apoios ao comércio local, estando as empresas da freguesia necessitadas de ajudas de toda a ordem, não vemos um plano ou estratégias bem definidas, como por exemplo a criação de um Gabinete de apoio ao comércio local.

Este documento, pouco ou nada se refere relativamente ao trânsito da localidade, cada vez mais caótico e congestionado, é necessário encarar este problema com outros olhos de forma que o escoamento das vias de trânsito, principalmente nas principais estradas da freguesia, seja feito de uma forma mais fluida e coerente, trazendo assim mais qualidade de vida para os habitantes desta freguesia.

Não querendo alongar a nossa declaração, pois poderíamos estar aqui a referir vários outros aspetos que falham, são omissos ou que não vêm contemplados neste documento.

Entendemos, porque vivemos tempos difíceis, que devemos dar o benefício da duvida de quem governa, desta forma, o nosso sentido de voto da ABSTENÇÃO.

Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020

O Eleito do Partido Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia



DOCUMENTO POLITICO

FACTOS QUE TEIMAM APAGAR DA HISTÓRIA DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

40º ANIVERSÁRIO DA MORTE DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro, nasceu em 19 de Julho de 1934, advogado e político português, foi a cara da oposição ao anterior regime, permitida por uma falsa "Primavera Marcelista" ao ter sido deputado da chamada "ala liberal" do partido único na Assembleia Nacional. Desiludido com o interminável inverno do regime, bate com a porta daquele Parlamento minado por um regime caduco e cujo fim estaria muito próximo de acontecer. Em 6 de Maio de 1974, após a Revolução dos Cravos, fundou o Partido Popular Democrático (PPD), juntamente com Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota.

Tornou-se o primeiro secretário-geral do partido e, em outubro de 1976, após a reforma dos estatutos, o primeiro presidente do partido, que então passou a designar-se Partido Social Democrata (PSD). Passa por várias situações complicadas de saúde que o obrigam a afastar-se da liderança do seu partido e, mais tarde, após regressar ao comando do PSD, passa pela experiência de uma contestação interna que o vê cada vez mais como um "liberal" e não como um "social-democrata". Assiste a uma terrível cisão no seu partido após o grupo parlamentar por si liderado se dividir em dois, em plena Assembleia da República, com a conseqüente deserção de vários notáveis da "social-democracia" para outras formações políticas que mais tarde desaguardariam no PS. Nada que o deixasse abalar significativamente ou o impedisse um ano mais tarde de se tornar, legítima e democraticamente, Primeiro-Ministro de Portugal, após liderar a histórica coligação política pré-eleitoral – ALIANÇA DEMOCRÁTICA – entre PSD, CDS, PPM e um grupo independente de personalidades próximas ao PS conhecido como "Reformadores" que venceu as eleições intercalares de 2 de Dezembro de 1979 com a primeira maioria absoluta da democracia constitucional de 1976, com 45,26% dos votos (128 deputados em 250), reconfirmada e aumentada nas urnas uns meses mais tarde, em 5 de Outubro de 1980, com 45,26% dos votos (128 deputados em 250).

Sá Carneiro mostrou ainda ao país - muito conservador e fanaticamente católico à época - ser um homem livre e verdadeiramente moderno que queria transformar Portugal numa democracia evoluída e liberal nos costumes. Que o diga a sua relação amorosa com a mulher da sua vida Snu Abecassis, desassombradamente assumida



por ambos e cuja paixão tórrida impressionava, e continua hoje a impressionar, qualquer escritor romântico. Natália Correia, amiga pessoal de Francisco e de Snu, classificava esta relação como a “maior revolução ocorrida em Portugal a seguir ao 25 de Abril”. Porém, tal situação era reprovada pelo conservadorismo mesquinho de muitos dos seus próprios aliados e colaboradores, bem como reprovada pelos seus adversários políticos da esquerda “humanista e progressista” que, de resto, o magoou bem mais do que quaisquer outros ataques políticos ou traições partidárias sofridas, ao ponto de deixar bem claro que por ela estaria disposto a largar tudo e a deixar a política!

Faleceu na noite de 4 de dezembro de 1980, no exercício das funções de Primeiro-Ministro, em circunstâncias nunca completamente esclarecidas, quando o avião no qual seguia se despenhou em Camarate, pouco depois da descolagem do aeroporto de Lisboa, quando se dirigia ao Porto para participar num comício de apoio ao candidato presidencial da coligação, o general António Soares Carneiro. Juntamente com ele faleceu o ministro da Defesa, o democrata-cristão Adelino Amaro da Costa, bem como a sua companheira Snu Abecassis, o seu chefe de Gabinete, António Patrício Gouveia, o piloto e o copiloto.

Quarenta anos depois dos acontecimentos, contudo, continuam a existir duas teses relativas à sua morte: a de acidente (eventualmente motivado por negligência na manutenção do avião), ou a de atentado.

Foi agraciado, a título póstumo, com as seguintes condecorações: Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (29 de maio de 1981), Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (7 de março de 1986), Grã-Cruz da Ordem da Liberdade (29 de novembro de 1990) e Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (20 de abril de 2017).

45º ANIVERSÁRIO DO 25 DE NOVEMBRO

Há 45 anos, no dia 25 de Novembro de 1975, no final do período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, Portugal esteve à beira de uma guerra civil, depois de um período de disputa pelo poder político-militar. As forças democráticas e a igreja lutavam por uma democracia do tipo europeia, enquanto as facções pró-comunistas (PCP, extrema-esquerda e a esquerda militar) procuravam impor ao País um regime autoritário semelhante aos dos países de Leste.

No verão de 1975, no chamado «Verão Quente» havia em Portugal um clima de tensão latente. Houve ataques às sedes dos partidos políticos, as quais eram saqueadas



e queimadas. O pavor dos sectores mais à direita e ao centro da sociedade portuguesa prendia-se com as nacionalizações das principais indústrias, bem como da ocupação de habitações e de latifúndios, tendo como lema «a terra de quem a trabalha», a par de um certo clima de anarquia que se vivia, com greves constantes nas quais os trabalhadores exigiam, além de reivindicações económicas e de manifestações quase diárias, o saneamento dos patrões, apelidados de capitalistas. Para os setores da esquerda moderada a questão incidia na «unicidade sindical», no controlo dos órgãos de comunicação social, no saneamento de professores das Universidades, determinadas na RGA's (Reunião Geral Alunos) e na substituição de cursos por prelecções políticas, sendo os alunos aprovados apenas por «passagens administrativas».

A nível da sociedade civil havia reacções mais ou menos espontâneas provenientes dos mais diversos sectores, mas a reacção política com maior significado foi protagonizada pelo Partido Socialista (PS), sob a orientação de Mário Soares. Esta postura teve como consequência a sua expulsão da tribuna de honra nas comemorações oficiais do Dia do Trabalhador. Pouco tempo depois, Soares abandona o Governo, presidido por Vasco Gonçalves (que tinha ligações ao PCP) e promove uma manifestação na Fonte Luminosa, na qual tem um discurso acalorado, condenando veementemente as posições assumidas pelo Governo e pelo PCP. Era o início da viragem política do regime.

Face a esta situação começaram a organizar-se movimentos e facções. Um grupo de militares, que ficou conhecido pelo «Grupo dos 9» composto por Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pedro de Pezarat Correia, Manuel Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves e Vitor Crespo, chefiados pelo major Melo Antunes, e dois deles eram também capitães de Abril, elaborou um comunicado, no dia 7 de Agosto, o «Documento dos 9» no qual afirmava que a situação tinha de mudar. No mesmo dia 7, pelas 21 horas, o coronel Amadeu Garcia dos Santos e o tenente-coronel Manuel Costa Brás entregavam ao Chefe do Estado uma segunda lista de assinaturas de oficiais que participaram na Revolução dos Cravos e agora se apressavam a cerrar fileiras com Melo Antunes e os seus pares. Eram mais 17. Em bom rigor, os nove acabaram afinal por ser 26.

Além dos já mencionados, quem eram os restantes 15? Desde logo, o capitão Salgueiro Maia, que tinha a seu cargo a Escola Prática de Cavalaria de Santarém e fora a figura mais emblemática do 25 de Abril. E o tenente-coronel Ramalho Eanes, que daí a um ano ocuparia (até 1986) a Presidência da República. E o brigadeiro Vasco Rocha Vieira, futuro governador de Macau. E o coronel Jaime Neves, comandante do Regimento de Comandos. Outros aderentes imediatos foram os tenentes-coronéis Adérito Figueira, Castro Alves e Fisher Lopes Pires, os majores Loureiro dos Santos (futuro ministro da Defesa), Aventino Teixeira, Rebelo Gonçalves e



Gorda Lima, o comandante Mário de Aguiar e os capitães Parente, Lopes Camilo e Tomás Rosa.

A posição do primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves, é posta em causa e este, perdendo o apoio na Assembleia do MFA é obrigado a demitir-se, sendo substituído pelo almirante Pinheiro de Azevedo, pertencente a uma linha política mais moderada. O Partido Socialista e o Partido Popular Democrático (PPD) faziam parte, juntamente com o Partido Comunista, deste Governo. Pinheiro de Azevedo, entretanto, não tinha força militar suficiente para impor as suas ideias, pelo que a agitação social continuou.

O poder militar, pelo menos em Lisboa, estava nas mãos do COPCON (Comando Operacional do Continente), chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho. Em finais de Outubro e princípios de Novembro verificaram-se em Lisboa e no Porto manifestações dos SUV (Soldados Unidos Vencerão).

A direita militar, chefiada por Ramalho Eanes e Jaime Neves (comandante do Regimento dos Comandos na Amadora) preparava um contragolpe. O Conselho da Revolução determinou a substituição de vários comandantes militares e a dissolução da Base de Tancos. A reacção das esquerdas militares pautou-se pela ocupação de algumas bases militares, bem como meios de comunicação social. O Regimento de Comandos atacou o Quartel da Pontinha. Entretanto, o COPCON era sobrevoado por aviões com intuídos intimidatórios, assim como Setúbal e o Barreiro, tidos como bastiões da esquerda.

A extrema-esquerda era cada vez mais contestada assim como Otelo. A sua demissão do COPCON era exigida pelos militares mais conservadores. A saída das forças militares dos Comandos da Amadora chefiadas por Jaime Neves no dia 25 de Novembro de 1975 e liderada por Ramalho Eanes levará a cabo o processo com êxito. O carismático líder da Revolução dos Cravos, Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do COPCON, que não desejava confrontos, cede. O PCP, que bem conhecia os limites do seu poder, decidiu não intervir. Isolados, os outros partidos da esquerda manifestaram-se, mas por pouco tempo. O presidente da República, general Costa Gomes, embora conotado com o PCP, apoiou politicamente o golpe e assim o fim do PREC teve lugar de forma pacífica. Foi há 45 anos que o PREC foi travado. Na preparação militar do que se passou em 25 de Novembro de 1975 teve papel decisivo o então tenente-coronel Ramalho Eanes. O dia em que Abril se realizou,

Sem o 25 de Novembro de 75, dificilmente algum de nós aqui estaria em defesa da Democracia. Somos feitos de tudo o que somos, de tudo o que experienciamos, de tudo o que vivemos.

Sem passado não temos futuro



Quinta do Conde, 27 de Novembro de 2020

Isabel Lobo dfa Silva

Carlos Almeida

Anexo XIII
Conf.